



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

**3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO – APELAÇÃO CÍVEL/REEXAME
NECESSÁRIO Nº 0287397-4**

APELANTE: *DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE PERNAMBUCO –
DETRAN - PE*

APELADO: *PAOLO WAGNER DE SOUZA E OUTROS*

RELATOR: *DESEMBARGADOR ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO*

**EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. GRATIFICAÇÃO. RISCO DE
VIDA. AGENTES DE TRÂNSITO. LEI Nº 6123/68. DECRETO Nº 11.860/86.
COMPROVAÇÃO POR MEIO DE PROVA DOCUMENTAL.**

1. De plano, faço uma breve contextualização fática para um perfeito entendimento da demanda. Pois bem. Os autores, ora apelados, ingressaram com ação ordinária na qual aduzem terem a condição de agente de trânsito e, no exercício da fiscalização de veículos automotores, estariam sujeitos a risco de vida. Asseveram, ainda, que em vista da função exercida, teriam direito ao pagamento da gratificação no valor de 15%.

2. Nesse caminho, pontuo alguns aspectos legais que norteiam o deslinde da demanda. Confira-se: **“Lei Estadual nº 6.123/68, Art. 160 - Será concedida gratificação:(...)V - pela execução de trabalhos de natureza especial com risco de vida ou de saúde;”** **Decreto nº 11.860/86. “Art. 5º - Não farão jus à gratificação regulamentada por este Decreto os funcionários que, mesmo exercendo suas funções nos órgãos em que existam fatores de risco de vida ou saúde, não estejam expostos à sua incidência”** Da leitura direta dos artigos supracitados percebe-se que os servidores que executarem trabalhos de natureza especial com risco de vida ou saúde terão direito à gratificação. Feito esse registro quanto à legislação atinente ao caso, passo a apreciar o caderno processual.

3. Pelo exame do caderno processual, Maria Ângela Varjal de Melo e Célio Rogério Patrício Barbosa não exercem funções de fiscalização de trânsito, o que afastaria o direito à referida gratificação, pois não estariam expostos ao risco de vida exigido para sua percepção. Maria Ângela Varjal de Melo estaria lotada na unidade de análise de recursos e Célio Rogério Patrício Barbosa seria auxiliar de trânsito lotado na unidade de habilitações recolhidas. (fls. 19/25) Por outro lado, os demais apelados demonstraram que são agentes de trânsito lotados em Unidades de Fiscalização, de acordo com os documentos de fls. 13/22/23.

4. Avançando no exame dos autos, percebe-se que alguns servidores recebem a gratificação de risco de vida discutida nestes autos (fls. 74/75), e tal conduta perpetrada pela administração pública leva a conclusão de que os servidores lotados nas unidades de fiscalização estão expostos ao risco de vida ou saúde.

5. Averbo, ainda, que o próprio Estado implantou a gratificação nos contracheques dos apelados, como se percebe das fls. 109/118. Obtempere-se, outrossim, que o exercício as atribuições dos apelados tem notório “risco de vida” vez que exercem suas funções na operação de trânsito denominada “Lei Seca”.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

6. De mais a mais, no que diz respeito aos valores anteriores a 2009, creio que reconhecido o direito para se obter a gratificação, esta deve produzir efeitos a partir da data em que se protocolizou o requerimento formal, ou seja, desde 30 de julho de 2007.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos nestes autos de Recurso de Apelação nº 0287397-4, acordam os Desembargadores que integram a Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada no dia 12/06/14 à unanimidade, em **NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO**, tudo conforme os votos constantes nas notas taquigráficas, anexos que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 12 de 06 2014.

Des. Alfredo Sérgio Magalhães Jambo
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

155
J

**3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO – APELAÇÃO CÍVEL/REEXAME
NECESSÁRIO Nº 0287397-4**

APELANTE: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE PERNAMBUCO –
DETRAN - PE

APELADO: PAULO WAGNER DE SOUZA E OUTROS

RELATOR: DESEMBARGADOR ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO

RELATÓRIO

Cuida-se de Ação Ordinária ajuizada por Paulo Wagner de Souza, Maria Ângela Varjal de Melo, Marcos Aurélio de Araújo, Marcos Túllio Amaral Dias, Célio Rogério Patrício Barbosa em face do Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco – DETRAN/PE objetivando a implantação de gratificação de risco de vida no importe de 15%(quinze por cento) sobre os vencimentos.

Os autores afirmam que são servidores do Estado de Pernambuco, lotados na autarquia ré, na qual exercem o cargo de “agente de trânsito”, com a função rotineira de fiscalizar os veículos nas vias de suas competências ao longo de todo o Estado, através de “blitz”, conforme Portaria nº 835/2004. Asseveram que, no cumprimento de suas atribuições os autores correm notório risco de perder a vida, em um elevado grau de periculosidade gerado pelo cargo, além da ausência de equipamento de segurança.

Mais a frente, com base no artigo 160, inciso V, da lei estadual nº 6.123/1968, os autores requereram o pagamento da gratificação em 30/07/2007, sem obter resposta a respeito do pedido administrativo. Documentos acostados às fls. 13/82.

Em seguida, o Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco – DETRAN/PE apresentou contestação argumentando, em apertada síntese, que os autores não provaram a condição de Agentes de Trânsito, bem como a lei apontada pelos autores não se destinaria à categoria de agente de trânsito, o que afastaria o direito à gratificação.

Dentro desse contexto, a sentença foi proferida no sentido de julgar improcedente o feito em relação à Maria Ângela Varjal de Melo e Célio Rogério Patrício Barbosa, condenando-os ao pagamento de 40%(quarenta por cento) das custas. Quanto aos demais autores, julgou procedente o pedido, condenando o réu ao pagamento da Gratificação de Risco de Vida, na forma requerida, além de todo o atrasado desde o protocolo de requerimento administrativo, em valores devidamente corrigidos e ao pagamento de 60%(sessenta por cento) das custas.

Em face da sucumbência da Fazenda pública, o feito subiu a essa Instância para a análise do reexame necessário.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

156
A

Posteriormente, os autores atravessaram petição na qual firmaram que o próprio DETRAN reconheceu o direito à Gratificação, objeto da presente ação, passando a pagar-lhes a partir da competência de novembro de 2009.

O Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco – DETRAN/PE interpôs apelação na qual destaca a ausência de prova da condição de agente de trânsito, além de reiterar a falta de fundamentação legal para a gratificação pleiteada.

Sem contrarrazões.

Proferi despacho à fl. 148 para intimar o Estado de Pernambuco com o fito de colher manifestação a respeito do reconhecimento administrativo e sobre o interesse recursal. O Estado de Pernambuco atravessou petição à fl. 152.

É o relatório. *À REUSA.*

Recife, ____ de _____ 2014.

Des. Alfredo Sérgio Magalhães Jambo
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

**3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO – APELAÇÃO CÍVEL/REEXAME
NECESSÁRIO Nº 0287397-4**

APELANTE: *DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE PERNAMBUCO –
DETRAN - PE*

APELADO: *PAOLO WAGNER DE SOUZA E OUTROS*

RELATOR: *DESEMBARGADOR ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO*

VOTO

De plano, faço uma breve contextualização fática para um perfeito entendimento da demanda. Pois bem. Os autores, ora apelados, ingressaram com ação ordinária na qual aduzem terem a condição de agente de trânsito e, no exercício da fiscalização de veículos automotores, estariam sujeitos a risco de vida. Asseveram, ainda, que em vista da função exercida, teriam direito ao pagamento da gratificação no valor de 15%.

Nesse caminhar, pontuo alguns aspectos legais que norteiam o deslinde da demanda. Confira-se:

“Lei Estadual nº 6.123/68.

Art. 160 - Será concedida gratificação:

(...)

V - pela execução de trabalhos de natureza especial com risco de vida ou de saúde;”

Decreto nº 11.860/86.

“Art. 5º - Não farão jus à gratificação regulamentada por este Decreto os funcionários que, mesmo exercendo suas funções nos órgãos em que existam fatores de risco de vida ou saúde, não estejam expostos à sua incidência”

Da leitura direta dos artigos supracitados percebe-se que os servidores que executarem trabalhos de natureza especial com risco de vida ou saúde terão direito à gratificação.

Feito esse registro quanto à legislação atinente ao caso, passo a apreciar o caderno processual.

Pelo exame do caderno processual, Maria Ângela Varjal de Melo e Célio Rogério Patrício Barbosa não exercem funções de fiscalização de trânsito, o que afastaria o direito à referida gratificação, pois não estariam expostos ao risco de vida exigido para sua percepção. Maria Ângela Varjal de Melo estaria lotada na unidade de análise de recursos e Célio Rogério



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

Patrício Barbosa seria auxiliar de trânsito lotado na unidade de habilitações recolhidas. (fls. 19/25) Por outro lado, os demais apelados demonstraram que são agentes de trânsito lotados em Unidades de Fiscalização, de acordo com os documentos de fls. 13/22/23.

Avançando no exame dos autos, percebe-se que alguns servidores recebem a gratificação de risco de vida discutida nestes autos (fls. 74/75), e tal conduta perpetrada pela administração pública leva a conclusão de que os servidores lotados nas unidades de fiscalização estão expostos ao risco de vida ou saúde.

Averbo, ainda, que o próprio Estado implantou a gratificação nos contracheques dos apelados, como se percebe das fls. 109/118.

Obtempere-se, outrossim, que o exercício as atribuições dos apelados tem notório “risco de vida” vez que exercem suas funções na operação de trânsito denominada “Lei Seca”.

De mais a mais, no que diz respeito aos valores anteriores a 2009, creio que reconhecido o direito para se obter a gratificação, esta deve produzir efeitos a partir da data em que se protocolizou o requerimento formal, ou seja, desde 30 de julho de 2007.

Firme nas razões expendidas, NEGOU PROVIMENTO ao Recurso de Apelação, mantendo a sentença de primeiro grau em todos os seus termos.

Recife, 12 de JUNHO 2014.



Des. Alfredo Sérgio Magalhães Jambo
Relator



162
OK

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

17

3º CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO – APELAÇÃO CÍVEL/REEXAME NECESSÁRIO Nº 0287397-4

APELANTE: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE PERNAMBUCO – DETRAN - PE

APELADO: PAULO WAGNER DE SOUZA E OUTROS

RELATOR: DESEMBARGADOR ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO

REVISOR: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

VOTO DE REVISÃO:

Analizados os autos, acompanho as razões de decidir apontadas no voto do relator, e posiciono-me pelo **NÃO PROVIMENTO** do apelo.

É como voto.

Recife, 12 de junho de 2014


Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Revisor